

## DECISÃO DO PREGOEIRO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico nº 90007/2024

Objeto: Registro de preço para futura contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, realizar obra, reforma, recuperação, ampliação, demolição, adaptação e manutenção predial (pequenas reformas) e , com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços com insumos diversos descritos pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominado SINAPI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos

Recorrentes: L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA  
MURANO CONSTRUÇÕES LTDA

Conforme Termo de julgamento (doc. sei 0695256), datado de 04/08/2025, após análise da 2ª proposta da empresa MURANO CONSTRUÇÕES LTDA, para a qual a área técnica entendeu, ao mesmo tempo que procedentes suas alegações, o reconhecimento de que a falha detectada poderia acarretar a elaboração de proposta errôneas, interpretações dúbias das licitantes e ademais induzir os licitantes a descumprirem o edital. Em razão de tal posicionamento, o pregoeiro do feito, por motivos de conveniência e oportunidade da administração pública, no uso de suas atribuições, entendeu que não restava outra decisão se não a revogação do certame com base nos fatos supervenientes devidamente comprovados.

Seguindo a trilha dos prazos recursais, houve a manifestação das empresas L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA (Razões) e MURANO CONSTRUÇÕES LTDA (Razões e Contrarrazões), contra a decisão do pregoeiro.

A seguir será feita a devida exposição dos argumentos das empresa em lide, bem como nossa manifestação final.

### - Das Considerações Gerais:

Como é cediço, o Art. 11 da Lei 14.133/21 discorre que “O processo licitatório tem por objetivos: I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável”.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

E para que não restassem quaisquer dúvidas sobre o tema, o legislador ainda orientou aos Agentes Públicos, no exercício de suas funções, que vedem, conforme art. 9º da citada lei:

- I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:
  - a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
  - b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
  - c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;
- II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;
- III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

Se isso não bastasse, o artigo 37, XXI do texto constitucional também faz coro com a legislação supramencionada, porquanto vetou expressamente qualquer ato que admita, preveja, inclua ou tolere

cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o caráter competitivo do procedimento licitatório, tal como se mostra bastante latente no caso em tela.

São os princípios norteadores da Licitação a VINCULAÇÃO AO EDITAL e o JULGAMENTO OBJETIVO. O primeiro, entende-se que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação. Uma vez estabelecidas as regras do certame os seus termos tornam-se obrigatórios.

Quanto ao julgamento objetivo, trata-se daquele que se baseia no conjunto de critérios indicado no edital, bem como, nos termos específicos das propostas. Esse princípio afasta o discricionarismo na escolha das propostas, obrigando-se os julgadores aterem-se aos critérios prefixados na Administração.

Há referendo por determinação da Constituição Federal, dever respeitar os princípios **“da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que sejam correlatos a este último”** (cf. Celso Antônio Bandeira Mello, in Curso de Direito Administrativo, Malheiros, 4ªed., 1993, p.245).

O edital é a lei interna da licitação e é o ato pelo qual a administração faz público o seu propósito de licitar um determinado objeto, fixando os requisitos exigidos dos proponentes e das propostas, os critérios de julgamento e regra do futuro contrato a ser firmado.

Assim, após a fase do exame das propostas, com a desclassificação daquelas que não se adequaram ao edital, passa-se à fase de lances, com as propostas admitidas. Tal julgamento é feito em conformidade com os critérios técnicos e objetivos, previamente estabelecidos no edital de forma que se possa, de modo honesto e imparcial, escolher a proposta mais vantajosa para a Administração (In Licitações e Contrato Administrativo, Revista dos Tribunais, 10ªed., 1991, p.143).

Em conformidade com o que dispõe o art. 5º da NLLC, o julgamento das propostas é objetivo e se realiza em conformidade com o tipo de licitação, “observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável”.

E é por esta disposição legal que Hely Lopes Meirelles, ao comentar tais regras, observa que a fim de que se observe o princípio da objetividade, é aconselhável que a valoração das propostas seja feita com base em fórmulas precisas, evitando-se a subjetividade dos julgadores ( In Licitações e Contrato Administrativo, Revista dos Tribunais, 10ªed., 1991, p.148).

No mesmo sentido é a posição do ilustre parecerista Adilson Abreu Dallares assim se manifesta sobre o tema :

“No tocante aos fatores de julgamento das propostas, não basta que o edital escolha um ou alguns deles e os enumere. É absolutamente essencial a indicação, no edital, de meios ou modos de aferição ou quantificação de cada um deles, especialmente dos mais fluidos ou imprecisos, como é o caso qualidade e do rendimento. (.....)

Na licitação, como única forma de atender à sua própria razão de ser, o julgamento tem que ser objetivo, suscetível de controle. É preciso um especialíssimo cuidado na fixação de critérios de julgamento, pois tais critérios precisam ficar bem claros, têm de ser aferíveis, não podem depender de apreciação subjetiva. Se o critério de julgamento for subjetivo, a licitação será inútil, porque licitação é um meio técnico objetivo de escolha de um proponente. Se fosse possível uma escolha subjetiva não seria preciso fazer licitação. Se dentro da licitação, na hora do julgamento, o critério for subjetivo, a licitação será nula “ ( in Aspectos Jurídicos da Licitação, Saraiva, 3ªed.pp 102/103).

A linha percorrida pela Lei 14.133/2021 segue este trilha, só que nesta há um agente que possui os poderes e atribuições para exercê-lo, que é o pregoeiro, sendo que a sua responsabilidade não é repartida como mais ninguém no certame, apenas com o rito objetivo que deve estar previamente estabelecido:

Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

(...)

§ 5º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Todavia, é pacífico que a autoridade condutora da licitação está suscetível a interpretação de seu juízo que o elevam a uma determinada convicção de um fato, todavia, a licitação e as decisões não são praticadas no escuro são edificadas e formatadas num documento público, a ata da sessão, e todos tomam ciência e no caso do pregão eletrônico ficam registradas naquele momento para todos tomarem conhecimento dos motivos que levaram a classificar ou desclassificar, habilitar ou inhabilitar e declarar vencedor uma determinada empresa. Estas mesmas decisões podem ser revistas a partir da provocação de terceiros ou de sua própria iniciativa. Para isso há necessidade de que os elementos estejam na ata pública, em que todos possuem o direito isonômico de conhecerem a sua manifestação no processo.

No processo acima os atos são motivados e a manifestação é prolatada e partir daí pode ser atacado ou ratificado, por isso no certame não há de se falar em quebra de qualquer princípio de que tratam a CF/88 ou a Lei nº 14.133/21.

O próprio portal de compras possui as facilidades para esta reconsideração, portanto reflete toda a sistemática de normatização, e os atos para serem formulados são motivados garantindo após decisão o contraditório.

Após tais considerações, passamos então à análise da peça apresentada no Portal de compras governamental.

### **Dos Recursos apresentados :**

De forma didática e sintética será feita a apresentação do teor das peças recursais de cada empresa e em seguida a manifestação do pregoeiro:

#### **- L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA**

Em sua peça recursal (doc. sei 0695259) contra a decisão do pregoeiro acerca da revogação do pregão em tela, a empresa recorrente traz as seguintes alegações, de acordo com as tratativas de sua peça:

L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/ MF: 06.336.443/0001-34, com sede na Av. Alcindo Cabela, Nº 1264, Bairro Umarizal, Belém-PA, CEP: 66.060-000,

neste ato representada na forma de seu contrato social, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no subitem 11.1, do Edital, bem como no Art. 165, I, "c", da Lei 14.133/2021, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO em face do resultado do processo licitatório modalidade Pregão Eletrônico n.º 90007/2024, em atenção ao princípio da vinculação ao edital, da legalidade, da moralidade, do interesse público e da economicidade pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

Durante todo o prazo para apresentação das propostas, foram interpostas impugnações e os mais diversos tipos de pedido de esclarecimentos, nos quais se abordou amplamente a impossibilidade de haver desconto (linear) nos itens MÃO DE OBRA (SALÁRIOS), demonstrando-se que tal prática fere, de morte, os direitos trabalhistas dos colaboradores da empresa a ser contratada, principalmente os salários vinculados a Convenções Coletivas, vez que o piso nela estabelecido deve ser respeitado.

Neste caso, verifica-se que desde o início do processo licitatório, ficou estabelecida a "dúvida" acerca dos descontos. Reitera-se que, por se tratar de critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO, o desconto deve ser aplicado em todos os itens da planilha. Sem exceção!

Ocorre que houve um posicionamento dubio do Sr. Pregoeiro e, por consequência, de todo o órgão, que levou ao quase total fracasso do certame, pois impediu a continuidade de vários licitantes, vez que foi desconsiderado o termo DESCONTO LINEAR.

É sobre essa decisão que se recorre, vez que a proposta da Recorrente preenche todos os itens do Edital e do Termo de Referência, até porque a aplicação dos descontos em todos os itens da planilha encontrar amparo no Edital e no subitem 8.10, do Termo de Referência. Por outro lado, o valor da proposta é o menor apresentado no Certame. Por conseguinte, a desclassificação da proposta da Recorrente foi INJUSTA, podendo ser revista e tornar sem efeito a decisão de revogação do Certame.

Considerando que a documentação de habilitação da Recorrente já foi encaminhada, em tempo hábil, à Comissão de Licitação e que não houve qualquer manifestação contrária, que seja reconhecida a sua habilitação com a consequente adjudicação do objeto do Certame em favor da empresa L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA., tudo em homenagem aos princípios insculpidos no Art. 5º da Lei de Regência das Licitações.

## DO PEDIDO

Ante ao exposto, com base nos fatos e fundamentos acima referenciados, a Recorrente vem mui respeitosamente perante Vossa Senhoria, requerer:

- a) A reconsideração da decisão desse Ilustre Pregoeiro com relação a revogação do Certame, ante aos fatos e fundamentos acima expostos, e em atenção aos princípios da vinculação ao Edital, da legalidade e, principalmente o da economicidade;
- b) O devido e legal encaminhamento do presente recurso para a autoridade superior e consultoria jurídica, a fim de que reformem a decisão proferida, dando-se seguimento ao Certame com a acolhida da proposta da Recorrente, vez que é a de menor preço.
- d) seja dado total provimento a este Recurso, tornando sem efeito o ato de revogação deste Certame, bem como reconhecendo a ilegalidade do ato de desclassificação da proposta da Recorrente. Como de rigor, seja restabelecida a habilitação da Recorrente, dando-se seguimento ao certame com a homologação do objeto em favor da Licitante L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA.

## - MURANO CONSTRUÇÕES LTDA

Em sua peça recursal (doc. sei 0695260) contra a decisão do pregoeiro acerca da revogação do pregão em tela, a empresa recorrente traz as seguintes alegações, de acordo com as tratativas de sua peça:

MURANO CONSTRUÇÕES LTDA., já qualificada nos autos do pregão em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, por seu Sócio Administrador, infra-assinado, com fundamento no disposto no art. 165, inciso I, alínea d, da Lei nº 14.133/2021, interpor recurso administrativo.

Assim, ao apresentar a nova versão de sua proposta, a MURANO esclareceu que aquela proposta, então apresentada para supressão de quaisquer dúvidas da comissão julgadora, fora elaborada mediante aplicação linear do desconto ofertado, sobre todos os itens da planilha estimativa/exemplificativa, de modo que, sobre o resultado dessa operação se fez incidir o percentual de BDI ofertado, o que observou, à risca, a regra editalícia e supriu o fator que outrora motivara sua desclassificação. Informou, também, que observou a regra editalícia que impôs às licitantes que, nas composições de seus custos unitários fosse demonstrada, de forma detalhada, a formação de cada preço unitário, ou seja, o custo real da empresa em relação a cada item de serviço constante da planilha estimativa/exemplificativa.

Nesse sentido, esclareceu que os preços oriundos da Tabela SEDOP constantes da planilha estimativa/exemplificativa elaborada por essa d. SUDAM, em regra, são formados mediante incidência do formato desonerado, entretanto, o BDI ofertado pela empresa reflete o regime de tributação ao qual a empresa está submetida, que é o não desonerado, razão pela qual a compatibilização dos preços era indispensável.

Diante das considerações apresentadas pela ora recorrente, o il. agente de contratação, em consonância com o entendimento alcançado pela Unidade Técnica, reconheceu a legitimidade das alegações e concluiu pela correta formulação da proposta, declarando-a classificada para o certame, veja-se: “Em análise ao exposto pela licitante Murano, foi realizada uma conferência geral no orçamento e observamos que foram utilizados serviços da base SINAPI com mão de obra na forma não desonerada e da base SEDOP na forma desonerada. Concluindo a análise, observamos pela procedência das alegações da licitante quanto à utilização de regimes tributários distintos entre as bases SINAPI e SEDOP.”

31. Ocorre que, embora a Unidade Técnica tenha reconhecido a regularidade da proposta ofertada pela MURANO, sugeriu o encaminhamento dos autos para emissão de parecer pela Procuradoria do Estado do Pará quanto à regularidade dos atos até então praticados, bem como em relação à possibilidade de que se desse prosseguimento ao pregão em apreço.

32. Em seu parecer, a Procuradoria do Estado considerou que o fato de terem sido inseridos na planilha estimativa/exemplificativa itens desonerados e não desonerados, ao mesmo tempo, acarreta dúvida interpretação das licitantes acerca das regras editalícias, induzindo-as ao descumprimento e, conseqüentemente, prejudicando o correto dimensionamento de suas propostas, bem como a análise de exequibilidade.

33. O entendimento foi encampado pelo il. pregoeiro que assim se manifestou: “Desta forma houve o entendimento do pregoeiro do feito de que este certame não tem perspectiva de prosseguimento, tendo em vista que no Pregão SRP 90007/2024 foi informado que a planilha orçamentária projetada pela Sudam foi produzida na forma não desonerada, com isso, a projeção com dois tipos de orçamentos inviabiliza a projeção

correta do valor da licitação, consequentemente, os cálculos de exequibilidade, ficando a licitante impossibilitada de adotar a correta tributação à qual esteja vinculada.” (...)

“Em que pese na íntegra da manifestação da área técnica constar a sugestão de emissão de parecer da procuradoria/SUDAM quanto a regularidade do ato, esclarecemos que o entendimento final do pregoeiro foi baseado em diligências junto à própria Procuradoria jurídica da SUDAM no percurso do certame, a qual corroborou pela adoção do caminho da revogação diante dos fatos ocorridos.”

## DOS PEDIDOS

75. Ante o exposto, requer seja conhecido o presente recurso para dar provimento às razões recursais acima e, consequentemente, reformar a decisão recorrida e, assim, declarar a regularidade e legitimidade de todos os atos até aqui praticados no âmbito do pregão eletrônico em apreço, de forma que seja, enfim, declarada em definitivo a classificação da proposta ofertada pela recorrente, determinando-se o prosseguimento do processo nos termos da legislação vigente.

## MURANO CONSTRUÇÕES LTDA

Em sua peça de contrarrazões (doc. sei 0695261), contra as alegações da peça recursal da recorrente **L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA**, a empresa recorrente traz as seguintes alegações, de acordo com as tratativas de sua peça:

MURANO CONSTRUÇÕES LTDA, já qualificada nos autos do pregão em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, por seu Sócio Administrador, infra-assinado, com fundamento no disposto no art. 165, §4º da Lei nº 14.133/2021, apresentar

### CONTRARRAZÕES

ao recurso administrativo interposto pela L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, o que faz mediante as razões de fato e de direito aduzidas.

Trata-se de recurso administrativo interposto pela licitante L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, em face da decisão do agente de contratação que

revogou o Pregão Eletrônico SRP nº 90007/2024-REABERTURA, cujo objeto é o “Registro de preço para futura Contratação de futura empresa de engenharia para, sob demanda, realizar obra, reforma, recuperação, ampliação, demolição, adaptação e manutenção predial (pequenas reformas) e , com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços com insumos diversos descritos pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominado SINAPI, além de outras bases regionais e setoriais, como SEDOP, ORSE, CPOS, SETOP, SBC, IOPEs, FDE e CPOS/CDHU, caso algum serviço ou material não esteja contemplado na Tabela SINAPI, considerando a base de outubro/2024, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas No termo de referência e seus apêndices.”

No que se refere à segunda oportunidade outorgada pelo agente de contratação para apresentação das propostas corrigidas, a recorrente esclarece que declinou de tal faculdade pois entende que sua proposta inicialmente apresentada, além de estar em conformidade com o edital e termo de referência, já que o desconto deve ser aplicado em todos os itens da planilha, inclusive mão de obra, já teve sua exequibilidade devidamente justificada, razão pela qual deve ter plenamente mantida e aceita.

30. Assim, considerando-se que recorrente manteve inalterada sua proposta original, antes desclassificada, e, assim, declinou da oportunidade de corrigir os erros apontados pela Unidade Técnica, foi mantida sua desclassificação sob os seguintes fundamentos: “A proposta da licitante não está em conformidade com previsto no edital de acordo com o item a seguir: (...) Ao elaborar a proposta o licitante alterou os valores de mão obra, contrariando o disposto no edital.”

Em atenção ao Item 8.10 do Termo de Referência da contratação em tela, que versa:

8.10 "O licitante deverá apresentar junto com a proposta, sob pena de desclassificação, a planilha estimativa/exemplificativa (Apêndice III) com o desconto proposto, ou seja, aplicará de forma linear sobre os itens da planilha o mesmo percentual ofertado sobre o valor unitário sem BDI estimado (R\$ 1,00) seguida, acrescentará o BDI ofertado"

A licitante não manteve a linearidade do desconto aplicando índices de 38,95% a 39,39%. Portanto, como a área técnica além de reiterar as tratativas em sua 1ª manifestação, trouxe mais alguns pontos incontestáveis de que sua proposta não atendeu ao edital, desse modo, permanecerá desclassificada."

Por todo o exposto, a manutenção da decisão que desclassificou a licitante L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, é medida que se impõe.

#### DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer sejam integralmente rejeitadas as razões recursais apresentadas pela L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, mantendo-se inalterada a decisão que a desclassificou, por não estar em conformidade com as regras editalícias.

#### **Manifestação do Pregoeiro:**

Conforme entendimento das tratativas acima, as empresas recorrentes trouxeram a mesma linha de argumentação acerca de suas propostas, seja durante a 1ª convocação ou após a reconvocação, conforme acordado na sessão. Ou seja, ambas, com apenas alguns pontos acrescentados em relação à sessão, tão somente apresentaram em suas peças recursais (razões e contrarrazões) apenas a mesma linha de entendimento já tratada no decorrer da sessão, inclusive tendo por parte da área técnica as devidas manifestações em relação às respectivas propostas ajustadas e encaminhadas em atendimento ao rito do pregão.

Contudo, como bem exposto e claramente notório na sessão, a manifestação da área técnica acerca da reconvocação e análise da nova proposta da empresa **MURANO CONSTRUÇÕES LTDA**, ainda no decurso da sessão, além de acatar as alegações por ela apresentadas, também identificou e reconheceu um erro (vício) insanável, que fulminou a perspectiva de prosseguir o certame, na forma como fora instruído o Termo de Referência, conforme transcrição da referida manifestação abaixo:

Em análise ao exposto pela licitante Murano no Ofício N° 38/2025-MURANO, foi realizada uma conferência geral no orçamento e observamos que foram utilizados serviços da base SINAPI com mão de obra na forma não desonerada e da base SEDOP na forma desonerada, conforme se depreende na tabela demonstrativa de mão de obra do SEDOP, a seguir:

ITEM	SEDOP				SINAPI	
	VALOR C/ ENCARGOS	PISOS SALARIAIS	ENCARGOS	% DE ENCARGOS	% DESONERADO	% ONERADO
AJUDANTE ESPECIALIZADO	12,94	7,04	5,90	83,81%	83,87%	111,58%
OFICIAIS	17,24	9,38	7,86	83,80%		
SERVENTE E ASSEMBLHADOS	12,48	6,79	5,69	83,80%		
AJUDANTE ESPECIALIZADO	Meio-oficial, tal como Servente habilitado, em geral, Borracheiro, Lubrificador, Betoneiro e Guincheiro (os dois últimos quando não tenham curso profissionalizante específico para o desempenho destas funções), Bombeiro de Abastecimento, Operador de Martelete, Auxiliar de Mecânico, Montador de Gabião, Auxiliar de Teste ou de Montagem de Rede Telefônica, Auxiliar de Emendador ou de Cabista de Rede Telefônica, Instalador de Rede Telefônica, vigia (desde que autorizado nos termos da legislação a usar armas e ainda, desde que exigido pela empresa o uso de armas), Auxiliar de Escritório e Apontador, estes 2(dois) últimos com escolaridade de ensino fundamental completo e demais funções assemelhadas					
OFICIAIS	Oficiais assim considerados, Montador de Andaime, Pedreiro, Carpinteiro, Femeiro-Armador, Encanador, Eletricista, Pintor, Operador de Bate-estacas, Operador de Grua, Operador de Guindaste, Operador de Trator de Pneus, Montador de Rede Telefônica, Auxiliar de Teste de Rede Telefônica, Eletricista ou Montador de Rede Elétrica, Cozinheiro Industrial, Betoneiro e Guincheiro (estes dois últimos quando tenham curso profissionalizante específico para o desempenho destas funções), Escriturário, Apontador, estes 2 (dois) últimos com escolaridade de ensino médio completo; em todos os casos abrangendo as demais funções assemelhadas					
SERVENTE E ASSEMBLHADOS	Servente, Vigia (sem porte e uso de arma), Armadeira e Ajudantes em geral e demais funções assemelhadas.					

Concluindo a análise, observamos pela procedência das alegações da licitante quanto à utilização de regimes tributários distintos entre as bases SINAPI e SEDOP.

*Esta falha pode acarretar na elaboração de proposta errôneas, interpretações dúbias das licitantes e ademais induz os licitantes a descumprirem o edital especificamente o Item*

8.23, que versa:

“O licitante, ao enviar sua proposta, concorda expressamente com a utilização das composições de custos, índices de produtividades, coeficientes, insumos (material e mão-de-obra), encargos sociais, no caso não desonerado e horista e encargos complementares previstos na Tabela SINAPI ou em outras bases informadas na Planilha estimativa/Exemplificativa (Apêndice III) sob pena de desclassificação.”

Sugiro encaminhar o processo para emissão de parecer da procuradoria quanto a regularidade do ato, no intuito de receber orientação para o bom andamento do certame”

Diante de tal posicionamento, o pregoeiro do feito entendeu que a falha identificada se configurava num erro quanto à instrução da formação do preço de referência para o certame, decidindo pela sua revogação, conforme transcrição do Termo de Julgamento:

Sistema	04/08/2025 às 16:32:15	Considerando a manifestação final da área técnica cumpre-nos destacar que tal resposta se constitui na decisão final após análise da nova proposta enviada pela empresa MURANO. Diante da manifestação da área técnica, assumindo que na composição de preços do objeto, como projeção do valor estimado pela Administração para definição do valor como critério de maior desconto,
Sistema	04/08/2025 às 16:33:22	foram utilizados serviços da base SINAPI com mão de obra na forma não desonerada e da base SEDOP na forma desonerada, demonstrou de maneira assertiva, no entendimento desta autoridade, que a adoção destes 2 critérios diferenciados foi fator determinante para o reconhecimento de que houve equívoco na projeção dos valores determinados para o preenchimento dos Apêndices III a VI do Anexo I (Termo de Referência).
Sistema	04/08/2025 às 16:34:49	Desta forma houve o entendimento do pregoeiro do feito de que este certame não tem perspectiva de prosseguimento, tendo em vista que no Pregão SRP 90007/2024 foi informado que a planilha orçamentária projetada pela Sudam foi produzida na forma não desonerada;
Sistema	04/08/2025 às 16:35:15	com isso, a projeção com dois tipos de orçamentos inviabiliza a projeção correta do valor da licitação, consequentemente, os cálculos de exequibilidade, ficando a licitante impossibilitada de adotar a correta tributação à qual esteja vinculada.
Sistema	04/08/2025 às 16:35:58	Isto posto, consideramos que são procedentes as alegações da empresa MURANO, trazidos em razão da nova oportunidade de readequação de sua proposta. Assim, por motivos de conveniência e oportunidade da administração pública, no uso de suas atribuições, esta autoridade entende que não resta outra decisão se não a revogação do certame com base nos fatos supervenientes devidamente comprovados,
Sistema	04/08/2025 às 16:36:31	sendo o ato administrativo que encerra o processo licitatório que já está em andamento, com fundamentação no art. 71 da Lei Federal 14.133/2021, que trata da revogação do procedimento licitatório.
Sistema	04/08/2025 às 16:37:02	Em que pese na íntegra da manifestação da área técnica constar a sugestão de emissão de parecer da procuradoria quanto a regularidade do ato, esclarecemos que o entendimento final do pregoeiro foi baseado em diligências junto à Procuradoria jurídica da SUDAM no percurso do certame, a qual corroborou pela adoção do caminho da revogação diante dos fatos ocorridos.
Sistema	04/08/2025 às 16:39:10	Portanto, ratificamos que o item prosseguirá para a consecução do rito de revogação.

As razões pelas quais o pregoeiro do feito decidiu pela revogação do pregão podem ser assim elencadas:

**1) Relevância da manifestação Técnica:** Importante destacar que a área técnica é a responsável por traduzir a necessidade a ser atendida com a contratação pública que se pretende. É ela quem detém a expertise necessária para identificar a melhor forma de realizar o interesse público, consubstanciado em uma contratação que seja ao mesmo tempo econômica e garanta o resultado pretendido. Ao se deparar com as questões da análise da exequibilidade das propostas e com os argumentos trazidos, tanto pelo pregoeiro, quanto pelas empresas participantes, a área técnica reconheceu o erro na instrução de formação do preço de referência e identificou ao final a necessidade de ajustes no Edital para permitir a análise com assertividade acerca da exequibilidade de proposta da licitante;

**2) Uma revogação pode ocorrer por vários motivos, tais como como o surgimento de fatos que tornam a licitação inadequada ou inviável.**

**3) Princípio da autotutela:** É o poder da Administração Pública de controlar seus próprios atos, anulando os ilegais e revogando os inoportunos ou inconvenientes, como parte da responsabilidade administrativa. Há muito está consagrado na jurisprudência do STF, a partir principalmente da edição das Súmulas 346 e 473. Embora tais Súmulas mencionem que a administração pública "pode" anular, sabe-se que ao se deparar com um vício insanável, a administração não só pode como “deve” invalidar o ato viciado, com vistas a reposicionar-se no caminho da legalidade. Assim determina a Lei nº 9.784, de 1999, ao dispor em seu artigo 53 que "a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos";

4) A revogação de licitação é um ato administrativo que resulta no cancelamento do procedimento licitatório. É importante ressaltar que a revogação só pode ocorrer antes da homologação do certame;

5) De acordo com o *inciso II do Artigo 71 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021*, após finalizar as fases de julgamento e habilitação da licitação, a autoridade poderá “revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade”;

6) A revogação poderá ocorrer caso haja motivo cabível, como consta no *2º parágrafo do art. 71 da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos*: “O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado”;

7) Para revogar uma licitação, a autoridade competente deve justificar o ato com base em razões de interesse público. A revogação deve ser bem fundamentada e publicada oficialmente;

9) **Erros no edital:** Embora em muitos casos o edital da licitação possa ser retificado, há situações em que os erros são tão graves que a melhor opção é revogar a licitação e iniciar um novo processo;

10) **Violação de princípios:** Se o processo licitatório violar [princípios básicos da administração pública](#) como legalidade, [impessoalidade](#), [moralidade](#), [igualdade](#), [publicidade](#), [probidade administrativa](#), entre outros, a licitação deve ser revogada;

11) **Constatada a inviabilidade da contratação:** Por vezes, após o lançamento do edital, verifica-se que a contratação como estava prevista tornou-se inviável por razões técnicas, econômicas ou jurídicas.

#### **- DA DECISÃO:**

Diante do exposto, ratificamos nosso posicionamento e entendimento de que não havia expectativa de prosseguimento do certame em tela, após a identificação e reconhecimento da falha processual pela área técnica.

No mérito, as argumentações apresentadas pela empresas **L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA** e **MURANO CONSTRUÇÕES LTDA** não demonstraram fatos e fundamentos de direito capazes de mover este Pregoeiro à reformulação de sua decisão, quanto à revogação do Pregão 90007/2024, em face de vício não saneável contido no edital do certame.

Ressalta-se, ainda, que foram resguardados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, do julgamento objetivo, vinculação ao instrumento convocatório, da finalidade e do justo preço, portanto, respeitadas as normas que regem a matéria e os princípios norteadores das licitações públicas.

Por todo o exposto, entendo não serem pertinentes os recursos administrativos das Recorrentes acima identificadas, considerando-os IMPROCEDENTES, conforme motivações demonstradas acima.

Oportunamente informamos que a referida decisão já foi postada nesta data no Portal de Compras, de forma simplificada, em razão da parametrização dos campos próprios do portal.

Em razão destes aspectos e do próprio disciplinamento contido no art. 71 da Lei nº 14.133/2021, sugerimos que os autos sejam remetidos à Diretoria de Administração para deliberação, a fim de que julgue o ato atacado e, caso concorde com a manifestação, ratifique a decisão de revogação da licitação:

“Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

Belém (PA), 26/08/2025.

MARCOS RODRIGUES DE ALMEIDA

Pregoeiro